EDIÇÃO ESPECIAL

Jornal da Câmara

BRASÍLIA-DF, MAIO DE 2012

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Código Florestal, previdência do servidor e PEC do Trabalho Escravo estão entre os desafios vencidos

Entre fevereiro e maio de 2012, a Câmara aprovou cerca de 280 propostas, entre projetos de iniciativa parlamentar, matérias do Executivo, medidas provisórias e PECs – matérias apreciadas em Plenário e em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Foram cerca de 60 sessões de votação em Plenário, entre ordinárias e extraordinárias, segundo a Secretaria Geral da Mesa. Muitas delas, resultado de longas tramitações, forte articulação com a sociedade e com o Executivo e inúmeros acordos fechados entre o Colégio de Líderes e o presidente da Câmara, Marco Maia.

Entre as propostas, estão o Código Florestal, que tramitou por 13 anos no Congresso e foi sancionado na última segunda-feira (28). A matéria foi objeto de intensas negociações entre ruralistas, ambientalistas, sociedade civil e Executivo. O texto que saiu do Congresso teve 32 modificações no Executivo, que também editou uma medida provisória para repor alguns pontos.

Outra proposta aprovada, e objeto de intensas divergências, foi a PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar pessoas em condições de trabalho análogo ao de escravo. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular.

O Fundo de Previdência do Servidor Público, aprovado em fevereiro e já convertido em lei, aplica o limite de aposentadoria do INSS (R$ 3.916,20) para os admitidos após o início de funcionamento do novo regime. Por esse sistema, a aposentadoria complementar será oferecida apenas na modalidade de contribuição definida, na qual o participante sabe quanto pagará mensalmente, mas o benefício a receber na aposentadoria dependerá do quanto conseguir acumular e dos retornos das aplicações. O texto permite a criação de três fundações de previdência complementar do servidor público federal para executar os planos de benefícios: uma para o Legislativo e o Tribunal de Contas da União (TCU), uma para o Executivo ,e outra para o Judiciário. Confira abaixo as principais matérias aprovadas pela Câmara até o fim de maio.

RENATO ARAÚJO

TRABALHO ESCRAVO

A PEC 438/01 permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar exploração de trabalho escravo e foi aprovada em segundo turno em 22 de maio. Esses imóveis serão destinados à reforma agrária ou a programas de habitação popular. A proposta voltou para ao Senado.

Segundo o Código Penal, quem explora trabalho escravo já está sujeito a reclusão de dois a oito anos e multa, além da pena correspondente à violência praticada. A pena é aumentada da metade se o crime é cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

CARTA DE FIANÇA

O PL 45/99 proíbe as empresas de exigirem carta de fiança de candidato a emprego. O texto fixa a indenização por inobservância da lei em "valor equivalente a três vezes o salário estabelecido para o cargo".

BLOGSPOT

ÁRBITRO DE FUTEBOL

O PL 6405/02, que regulamenta a profissão de árbitro de futebol, foi aprovado em Plenário em 16 de maio. O texto está no Senado para nova análise. A emenda define melhor as atribuições do profissional, determinando que ele faça cumprir as regras do futebol e intervenha no andamento normal do jogo sempre que, a seu juízo, for violado o regulamento ou os princípios a que está submetido o esporte. Como eles não terão qualquer vínculo empregatício e serão remunerados como autônomos, as entidades não terão responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

CARGOS DE PROFESSOR

O PL 2134/11 cria cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no Ministério da Educação. A medida, que está em análise no Senado, beneficiará universidades públicas federais e escolas técnicas federais.

MOTORISTA PROFISSIONAL

A atividade de motorista profissional com vínculo empregatício, inclusive dos operadores de trator e empilhadeira, foi aprovada na Câmara e já transformada na Lei 12619/12. O texto estabelece regras gerais de horário para esses profissionais, que incluem intervalo mínimo de refeição de uma hora, além de repouso diário de 11 horas a cada 24 horas e descanso semanal de 35 horas.

PROCURADOR MUNICIPAL

A PEC 153/03, que agora está no Senado, permite aos municípios organizar a carreira de procurador público municipal. Atualmente, a Constituição permite apenas aos estados, ao Distrito Federal e à União manter a carreira de procurador. O texto constitucional especifica ainda que o ingresso nela depende de concurso público de provas e títulos. Aos procuradores cabe representar judicialmente a respectiva unidade federada e realizar a consultoria jurídica necessária.

INSS PAGO

O PL 7329/06 obriga as empresas a informar mensalmente, a cada trabalhador, o valor do recolhimento previdenciário feito em seu benefício ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O texto aguarda sanção presidencial. A proposta prevê ainda que o INSS será obrigado a enviar às empresas e aos segurados extrato relativo ao recolhimento de suas contribuições sempre que solicitado. Atualmente, a Lei 8.212/91 prevê apenas o envio de extrato das contribuições aos segurados individuais e às empresas.

INVALIDEZ

A PEC 270/08, que assegura ao servidor que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 o direito à aposentadoria por invalidez com garantia de paridade, foi transformada na Emenda Constitucional 70/12. De acordo com o texto, quem entrou no setor público até o final de 2003 e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria. A PEC estipula um prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004.

FUNPRESP

Convertido na Lei 12.618/12, o PL 1992/07 instituiu a previdência complementar para os servidores civis da União e aplicou o limite de aposentadoria do INSS (R$ 3.916,20) para os admitidos após o início de funcionamento do novo regime. Por esse sistema, a aposentadoria complementar será oferecida apenas na modalidade de contribuição definida, na qual o participante sabe quanto pagará mensalmente, mas o benefício a receber dependerá do quanto conseguir acumular e dos retornos das aplicações. O texto permite a criação de três fundações de previdência complementar do servidor público federal (Funpresp) para executar os planos de benefícios: uma para o Legislativo e o Tribunal de Contas da União (TCU), uma para o Executivo e outra para o Judiciário.

BANCO DE DNA

O PL 2458/11, transformado na Lei 12.654/12, prevê a criação de um banco de DNA para auxiliar nas investigações de crimes violentos. O texto permite a coleta de DNA para identificação criminal e obriga a realização do exame nos condenados por crimes hediondos ou naqueles praticados com violência de natureza grave. Os dados coletados formarão o banco de perfis genéticos, que permitirá a comparação deles com o DNA encontrado em outras cenas de crime, facilitando a prova de que a pessoa esteve no local. Para isso, a polícia poderá pedir ao juiz o acesso a esses dados.

LEI SECA

O PL 5607/09 dobra a multa por dirigir sob influência de álcool ou outras drogas que causam dependência e permite o uso de imagens ou vídeos para constatar essa infração. Conforme a matéria, que está no Senado, a multa passará de R$ 957,70 para R$ 1.915,40 nos valores atuais, sendo aplicada em dobro no caso de reincidência no período de até 12 meses. Permanece a suspensão do direito de dirigir por um ano. Em relação ao crime de dirigir sob influência de álcool, com pena prevista de detenção de seis meses a três anos, o projeto estipula um novo limite para sua tipificação. Além dos 6 decigramas ou mais de álcool no sangue, será admitido como prova 0,3 miligramas de álcool por litro de ar expirado no bafômetro, além de exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova admitidos em direito. A pessoa acusada poderá produzir contraprova.

CRIMES SEXUAIS

O PL 6719/09 determina a contagem da prescrição dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes somente a partir de quando elas completarem 18 anos. O projeto altera o Código Penal com o objetivo de dar mais tempo à vítima e ao Ministério Público para iniciar a ação penal. No caso dos crimes de maior gravidade, como o estupro, a nova contagem da prescrição permitirá que a ação seja iniciada 20 anos depois da maioridade. Atualmente, a prescrição conta a partir da data do crime. A exceção na nova regra será apenas no caso de a ação já ter sido proposta em algum momento antes de a vítima completar 18 anos de idade. O projeto foi transformado na Lei 12650/12.

LOCALIZAÇÃO DE DESAPARECIDOS

As prestadoras de telefonia móvel poderão alugar suas redes para que outras empresas implantem sistema de localização de pessoas por meio do GPS (Sistema de Posicionamento Global). É o que prevê o PL 3797/08, que seguiu para análise do Senado. O objetivo da proposta é ajudar a encontrar pessoas desaparecidas e a rastrear idosos, pessoas com deficiência e adolescentes que precisem de acompanhamento. As famílias poderão contratar o serviço e receber em tempo real, pelo celular, informações a respeito da localização dos aparelhos cadastrados.

DEFESA CIVIL

A MP 547/11, já convertida na Lei 12.608/12, institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPEC) e autoriza a criação do Sistema de Informações e Monitoramento de Desastres. O texto prevê novas atribuições aos municípios, como a realização regular de exercícios simulados, conforme o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil. Eles deverão também vistoriar edificações e áreas de risco, promovendo a intervenção preventiva quando for o caso.

MARCELLO CASAL JR / ABR

IDENTIDADE GRATUITA

Aguarda sanção o PL 4219/01, que torna gratuita em todo o País a primeira emissão da carteira de identidade (Registro Geral - RG). Atualmente, cada estado da Federação decide se cobra ou não a primeira via do documento.

TECNOLOGIA ASSISTIVA

Aprovada na Câmara e em análise no Senado, a MP 550/11 permite à União conceder subvenção econômica para bancos federais em financiamentos de bens e serviços de tecnologia assistiva (destinada a pessoas com deficiência). Esses bens e serviços ampliam ou proporcionam habilidades funcionais, permitindo uma vida menos dependente às pessoas com deficiência e o acesso a canais de comunicação. A subvenção será paga na forma de equalização de juros e é limitada a R$ 25 milhões ao ano.

RÁDIOS E TVS COMUNITÁRIAS

O PL 1263/03 autoriza a dedução no Imposto de Renda de quem realizar doações para a implantação de rádios e televisões comunitárias. A proposta modifica a lei que cria o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O texto está no Senado. Pela legislação atual, a dedução é permitida quando há incentivo para a realização de peças de teatro, na circulação de exposições de artes plásticas, na produção de música erudita ou instrumental, ou ainda pelo patrocínio de livros e pela doação de acervos para bibliotecas públicas ou museus.

PUBLICIDADE NA INTERNET

O Projeto de Lei Complementar 230/04 inclui na lista de atividades tributáveis do Imposto sobre Serviços (ISS) a veiculação de textos, desenhos e material de publicidade. A proposta, em análise pelo Senado, prevê que o imposto atingirá principalmente o uso de publicidade na internet e em outdoors, já que o texto exclui da cobrança as inserções feitas em livros, jornais, periódicos, rádio e televisão.

BALANÇO DE VOTAÇÕES

QUARENTENA AMPLIADA

De autoria do Executivo e agora em análise no Senado, o PL 7528/06 amplia o período da chamada "quarentena" - prazo durante o qual o profissional, após deixar seu cargo ou emprego na administração pública federal, fica sujeito a uma série de restrições relativas ao exercício de atividades na iniciativa privada.

WORDPRESS

CARROS IMPORTADOS

O PL 1526/03, já aprovado na Câmara e agora no Senado, proíbe os órgãos públicos de comprar carros importados. A ideia da proibição é favorecer a economia nacional.

PESO DE MOCHILA

O PL 6338/05 proíbe o uso de mochila escolar com peso excessivo. O texto elevou o peso máximo da mochila de 10% do peso do estudante (como previa o projeto original) para 15%. Segundo a Sociedade Brasileira de Ortopedia, cerca de 60% a 70% dos problemas de coluna vertebral dos adultos são causados na adolescência e o peso excessivo da mochila escolar, na maioria dos casos, é o principal culpado. A proposta seguirá para análise no Senado.

MEDICAMENTO

Proposta que obriga os laboratórios farmacêuticos a colocar diferenciação tátil nas embalagens de medicamentos que possam causar a morte foi aprovada na Câmara e está em análise pelo Senado. Pelo texto, o elemento diferenciador deverá ser identificado pelo usuário do medicamento ao primeiro contato.

VENDA DE INFLAMÁVEIS

O PL 3598/08 proíbe a venda de combustíveis e líquidos inflamáveis a crianças e adolescentes. O objetivo é reduzir o número de acidentes com queimaduras. A proposta, que seguirá para o Senado, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já veda a comercialização de diversos produtos aos menores de 18 anos: armas, munições e explosivos; bebidas alcoólicas; produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica; fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida; revistas e publicações impróprias ou pornográficas; e bilhetes lotéricos e equivalentes.

RECONSTRUÇÃO DA MAMA

Foi aprovado pelo Plenário o PL 2784/08, que prevê a realização de reconstrução da mama pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no mesmo tempo cirúrgico da mastectomia (retirada da mama realizada em casos de câncer), quando houver condições técnicas. Segundo o texto aprovado, no caso de impossibilidade de colocação da prótese imediatamente, a paciente terá garantida a realização da cirurgia no SUS quando alcançar as condições clínicas requeridas. O texto está no Senado.

CHEQUE-CAUÇÃO

As instituições e profissionais que condicionarem o atendimento médico emergencial a qualquer tipo de garantia financeira (cheque-caução ou nota promissória) terão pena aumentada, conforme prevê o PL 3331/12, já convertido na Lei 12.653/12. O projeto muda o Código Penal para criar um novo tipo de crime específico relacionado à omissão de socorro. Atualmente, não há referência expressa nesse artigo quanto ao não atendimento urgente de saúde. A pena definida é de detenção de três meses a um ano e multa.

CÓDIGO FLORESTAL

O novo Código Florestal, que tramitou por treze anos no Congresso, foi aprovado no dia 25 de abril e agora é lei (12.651/12). O texto aprovado mantém as atividades agropecuárias iniciadas até 22 de julho de 2008 em áreas de preservação permanente (APPs). O projeto foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira (28), com 32 mudanças em trechos que, em linhas gerais, buscam anular a anistia a desmatadores, beneficiar o pequeno produtor e favorecer a preservação ambiental. Para recuperar pontos que foram discutidos no Congresso, mas que não foram aprovados na votação final, o Executivo editou uma medida provisória (já em tramitação na Câmara) que, entre outros pontos, estabelece que, para os imóveis rurais com até um módulo fiscal ao longo de cursos d'água naturais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em cinco metros, contados da borda da calha do leito regular. A MP define que, para os imóveis rurais superiores a um módulo fiscal e de até dois módulos fiscais, será obrigatória a recomposição das respectivas faixas marginais em oito metros, contados da borda da calha do leito regular.

SONIA BAIOCCHI

CRIMES CIBERNÉTICOS

O PL 2793/11, em análise no Senado, tipifica crimes cibernéticos no Código Penal. O texto prevê, por exemplo, pena de reclusão de seis meses a dois anos e multa para quem obtiver segredos comerciais e industriais ou conteúdos privados por meio da violação de mecanismo de segurança de equipamentos de informática. A pena também vale para o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido. Essa pena poderá ser aumentada de 1/3 a 2/3 se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro dos dados obtidos.

TAXAS AÉREAS

Aprovada pelo Plenário e em análise pelo Senado, a MP 551/11 diminuiu de 50% para 35,9% o valor do Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) incidente sobre as taxas cobradas das companhias aéreas e dos passageiros. A redução vale desde janeiro deste ano e teve como objetivo aumentar a atratividade dos aeroportos concedidos à iniciativa privada em fevereiro. A MP também cria a Tarifa de Conexão, a ser cobrada da empresa aérea pelo uso das instalações do aeroporto nas conexões entre seus voos. A nova tarifa ainda depende de regulamentação, mas a intenção é remunerar as administradoras dos aeroportos pelo uso das áreas por passageiros em trânsito nas conexões.

LEI GERAL DA COPA

A Lei Geral da Copa (PL 2330/11), aprovada em março e que aguarda sanção, disciplina os direitos comerciais da Federação Internacional de Futebol (Fifa) na realização da Copa do Mundo de 2014 e estabelece medidas temporária_s para a entidade e seus associados durante o evento esportivo. As regras do projeto valem também para a Copa das Confederações, que o Brasil sediará em 2013. Um dos pontos mais polêmicos, a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante as partidas terá de ser negociada pela Fifa com cada estado. A regra geral que permitia a venda de bebidas foi retirada do texto pelo relator, mas o Plenário manteve artigo que suspende normas do Estatuto do Torcedor sobre o tema.

COPA2014.GOV

Para deputados, partilha dos royalties e PEC do Voto Aberto são prioridades do segundo semestre

A PEC do Trabalho Escravo e o Código Florestal foram apontados por líderes e vice-líderes de vários partidos como as principais propostas votadas pela Câmara nos últimos quatro meses. Os desafios, agora, são o projeto sobre a distribuição dos royalties do petróleo, a PEC do Voto Aberto e a reforma política.

SAULO CRUZ

Foram fundamentais as votações do Funpresp, porque o fundo tem a ver com a reorganização da aposentadoria no Estado brasileiro, evitando um prejuízo de R$ 26 bilhões e pensando nas futuras gerações; e a da PEC do Trabalho Escravo, mostrando que o Parlamento está em consonância com a sociedade. Um projeto importante que ainda não foi votado é o da reforma política, porque não há entendimento, não há acordo entre os líderes. Há um grupo de deputados que não quer fazer a reforma política, quer deixar como está; outros querem, mas há divergência em relação ao conteúdo.

Jilmar Tatto (Líder do PT)

BETO OLIVEIRA

A proposta mais importante aprovada na Câmara até agora foi a do Código Florestal. Trata de um problema do Brasil real. Concilia meio ambiente e produtividade. É importante votarmos este ano a proposta sobre a partilha dos royalties do petróleo. É um compromisso feito por esta Casa. O Senado já decidiu sobre isso, e a Câmara ainda não.

Henrique Eduardo Alves (Líder do PMDB)

BETO OLIVEIRA

Entre as matérias de maior relevância está o novo Código Florestal, legislação que estabelece uma moderna relação entre produção eficiente e respeito ao meio ambiente. E entre os projetos que espero que sejam votados ainda neste ano está o dos royalties. Vamos concluir uma decisão democrática sobre a forma mais eficiente e justa de repartição e a garantia da melhor aplicação desses recursos, como na educação, ciência e tecnologia.

Bruno Araújo (Líder do PSDB)

BRIZZA CAVALCANTE

Os mais importantes foram: o projeto que criou o Funpresp; a PEC do Trabalho Escravo; e o Código Florestal, três matérias necessárias ao Brasil. Agora, devemos votar a reforma tributária e a PEC do Voto Aberto, para que a transparência continue imperando aqui na Câmara dos Deputados.

Lincoln Portela (Líder do PR)

SEFOT

O Código Florestal foi o tema mais importante, porque era uma demanda da sociedade, há muito tempo precisávamos de um marco regulatório para o setor. Precisamos aprovar agora mudanças no Fundo de Participação dos Estados, que tem prazo de validade. Senão, vai se criar um vácuo no qual novamente o Judiciário vai legislar.

Guilherme Campos (Líder do PSD)

BETO OLIVEIRA

A matéria mais importante votada até agora foi o Código Florestal. O mais importante ainda a ser analisado na Câmara, ainda, é o fim do fator previdenciário, para beneficiar os trabalhadores na aposentadoria.

Jovair Arantes (Líder do PTB)

GUSTAVO LIMA

Foram votações produtivas no qual o presidente da Câmara homenageou também iniciativas de congressistas. Não vou citar nada específico, mas o ponto alto foi exatamente isto, a votação de projetos de lei de iniciativa do Congresso Nacional. Com as eleições municipais, não acredito que venha nada de impactante no segundo semestre.

Pauderney Avelino (vice-líder do DEM)

GUSTAVO LIMA

A grande discussão, para o bem ou para o mal, foi o Código Florestal, que colocou em xeque o tensionamento entre ruralistas e ambientalistas. É tão importante que esse tema volta agora na forma de medida provisória. Mas não entra na pauta matéria de deputados, o Congresso vai perdendo a força no seu eleitorado porque não tem nada a dizer sobre temas como a redução da jornada de trabalho para 40 horas, a jornada de enfermeiros e a questão da PEC 300.

Chico Lopes (vice-líder do PCdoB)

BETO OLIVEIRA

O primeiro semestre deveu muito à sociedade, pois a pauta principal ficou em torno do Código Florestal. Está se anunciando agora a MP 568, que trata da remuneração de vários setores, inclusive dos médicos, e está sendo objeto de discórdia. Acho que essa Casa precisa votar logo a MP para que o médico funcionário público federal tenha o mínimo de tranquilidade para trabalhar.

Dr. Aluizio (vice-líder do PV)

GUSTAVO LIMA

Ainda é cedo para fazer um balanço do ano legislativo, mas eu creio que estamos mais em débito do que em crédito. Foi importante a votação da PEC do Trabalho Escravo, mas precisamos analisar a reforma política e PEC do Voto Aberto.

Chico Alencar (Líder do Psol)

LUIZ CRUVINEL

A principal votação foi a da PEC do Trabalho Escravo, porque traz mais cidadania e dignidade aos trabalhadores. Com a aprovação, a Câmara constrói uma nova página na história do País.

André Moura (Líder do PSC)

LEONARDO PRADO

Foi importante aprovar a PEC do Trabalho Escravo, pois não podemos esquecer que a escravidão acabou com a edição da Lei Áurea, em 1888; e o Código Florestal, um instituto importante no sentido de "aparar arestas" entre o agronegócio e os setores ligados à ecologia.

Dr. Carlos Alberto (Líder do PMN)

DIÓGENIS SANTOS

O projeto que cria o Funpresp foi a principal matéria votada pela Câmara até agora. Mas é fundamental que votemos a partilha dos royalties do petróleo.

Arthur Lira (Líder do PP)

SEFOT

A aprovação mais importante foi o aumento do prazo de prescrição dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, que já virou lei. É fundamental votar ainda o projeto que fixa prazo para a vigência da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa.

Antonio Bulhões (Líder do PRB)